



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 22/XV/1.ª SL

Aos 29 dias do mês de novembro de 2022, pelas 15 horas, reuniu-se a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1 – Apreciação e votação das atas n.ºs 20 e 21/XV/1.ª, correspondentes às reuniões de 25 de outubro e de 4 de novembro de 2022;

2 – Distribuição e nomeação de relator da seguinte iniciativa europeia: Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Programa de Trabalho da Comissão 2023 - «Uma União firme e unida» [COM(2022)548];

(Relator a designar pelo GP do PS)

3 - Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 351/XV/1.ª (PCP) - Determina a recomposição das carreiras dos militares graduados deficientes das Forças Armadas;

Relatora: Deputada Dora Brandão (PS)

4 – Discussão e votação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, para audição das associações profissionais militares e da Ministra da Defesa Nacional sobre o processo de revisão do Regulamento da Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas (RAMMFA);

5 – Informação sobre as audiências realizadas no âmbito do Grupo de Trabalho para as Audiências.

Coordenadora do Grupo de Trabalho: Deputada Dora Brandão (PS)

6 - Outros assuntos.

1 – Apreciação e votação das atas n.ºs 20 e 21/XV/1.ª, correspondentes às reuniões de 25 de outubro e 4 de novembro de 2022

Aberta a reunião pelo Senhor Vice-Presidente, Deputado António Prôa (PSD), foram apreciadas e aprovadas por unanimidade, na ausência da IL, do PCP e do BE, as atas n.ºs 20 e 21/XV/1.ª, correspondentes às reuniões de 25 de outubro e 4 de novembro de 2022.



Comissão de Defesa Nacional

2 – Distribuição e nomeação de relator da seguinte iniciativa europeia: Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Programa de Trabalho da Comissão 2023 - «Uma União firme e unida» [COM (2022)548];

No âmbito do escrutínio do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2023, visando a análise das iniciativas que suscitem particular interesse para o acompanhamento pela Comissão de Defesa Nacional, foi designado como relator do parecer a elaborar o Senhor Deputado Ivan Gonçalves (PS).

3 - Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 351/XV/1.ª (PCP) - Determina a recomposição das carreiras dos militares graduados deficientes das Forças Armadas

Seguiu-se a apreciação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 351/XV/1.ª (PCP) - Determina a recomposição das carreiras dos militares graduados deficientes das Forças Armadas, que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Dora Brandão (PS). Após as intervenções dos Senhores Deputados João Dias (PCP), Pedro Pessanha (CH) e Jorge Paulo Oliveira (PSD), o parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

4 – Discussão e votação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, para audição das associações profissionais militares e da Ministra da Defesa Nacional sobre o processo de revisão do Regulamento da Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas (RAMMFA)

O Senhor Deputado João Dias (PCP) apresentou o requerimento e explicou o contexto e a motivação do mesmo, reiterando que as associações profissionais de militares consideraram não ter sido envolvidas convenientemente neste processo de revisão do RAMMFA. No debate que se seguiu, intervieram, além do Senhor Deputado João Dias (PCP), a Senhora Deputada Patrícia Gilvaz (IL) e os Senhores Deputados Jorge Paulo Oliveira (PSD) e Diogo Leão (PS).



Comissão de Defesa Nacional

A Senhora Deputada Patrícia Gilvaz (IL) disse acompanhar as preocupações expostas pelo Grupo Parlamentar do PCP e que, por essa razão, o Grupo Parlamentar da IL iria votar favoravelmente o requerimento.

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) acrescentou não só acompanhar as preocupações como o propósito do requerimento apresentado, pelo que o iriam votar favoravelmente.

O Senhor Deputado Diogo Leão (PS) começou por afirmar que as associações profissionais de militares mereciam o maior respeito, mas que entendia que o que estava em causa não era tanto a forma como foram envolvidas no processo de revisão do RAMMFA, mas a discordância política existente entre essas associações e os chefes militares sobre a proposta de revisão do RAMMFA, e acrescentou que a Senhora Ministra da Defesa Nacional prestou esclarecimentos sobre a matéria na audição realizada no âmbito da discussão, na especialidade, do Orçamento do Estado para 2023. Reafirmou que havia uma visão ou um posicionamento distinto sobre o Regulamento por parte dos chefes militares e das associações profissionais de militares e que a questão da audição das associações nunca esteve em causa, tendo sido, aliás, enviados contributos – que, se foram ou não atendidos, já era uma outra questão, acrescentou. Defendeu que, tendo esse processo sido conduzido ou coordenado pelo CEMGFA, este estaria mais esclarecido para falar sobre o assunto, pelo que sugeriu ao Grupo Parlamentar do PCP que a audição da Ministra da Defesa Nacional fosse substituída pela audição do CEMGFA, que foi quem coordenou este processo desde 2020. Concluiu dizendo que não haveria nada a ganhar em explorar posições públicas de divergência entre os chefes militares e as associações profissionais.

O Senhor Deputado João Dias (PCP) disse que a proposta do Grupo Parlamentar do PS, para se ouvir o CEMGFA e não a Ministra da Defesa, desvirtuava e alterava substancialmente o requerimento apresentado, mas adiantou nada ter a opor ao aditamento da audição do CEMGFA na Comissão sobre a matéria. Por ter sido um processo longo – adiantou -, era preciso escrutinar todos os envolvidos, incluindo a Ministra da Defesa Nacional, mas declarou haver abertura da parte do PCP para acrescentar a audição do CEMGFA.



Comissão de Defesa Nacional

O Senhor Deputado Diogo Leão (PS) retorquiu que existia uma divergência de fundo na leitura que o PS fazia em relação ao papel das associações militares nesse processo, porque não estão em causa associações sindicais, mas, sim, associações profissionais, com direitos muito circunscritos, designadamente o de serem ouvidas, não havendo lugar, contudo, a um processo de negociação.

Tendo o Grupo Parlamentar do PCP manifestado abertura para aditar a audição do CEMGFA sobre o mesmo assunto, conforme proposto oralmente pelo Grupo Parlamentar do PS, o Senhor Presidente submeteu a votação o requerimento apresentado pelo PCP, para audição das associações profissionais de militares, da Ministra da Defesa Nacional e, ainda, do CEMGFA, que foi aprovado, com votos a favor do PSD, do CH, da IL e do PCP e a abstenção do PS.

5 - Informação sobre as audiências realizadas no âmbito do Grupo de Trabalho para as Audiências.

A Senhora Deputada Dora Brandão (PS), na qualidade de coordenadora do Grupo de Trabalho para a realização das audiências, usou da palavra para fazer o balanço da atividade desenvolvida pelo Grupo de Trabalho, dando nota, designadamente, das duas audiências realizadas – uma com a Associação de Praças e outra com a Associação Nacional de Sargentos -, que entregaram propostas de revisão e alteração do regime remuneratório dos militares das Forças Armadas, já distribuídas aos Deputados membros da Comissão. Além do Senhor Vice-Presidente António Prôa, usaram da palavra os Senhores Deputados Jorge Paulo Oliveira (PSD) e Diogo Leão (PS), que assinalaram a disponibilidade e o mérito da Senhora Deputada Coordenadora em prestar contas à Comissão e agradeceram o trabalho realizado pelos membros do Grupo de Trabalho, declarando que se reviam no trabalho e contributos que fizeram chegar, em resultado das audiências realizadas.

6 - Outros assuntos

No ponto reservado a outros assuntos, o Senhor Vice-Presidente informou que a Comissão voltaria a reunir nos próximos dias 13, 14, 20 e 21 de dezembro, para realizar audições com os chefes militares - CEME, CEMA, CEMFA e CEMGFA.

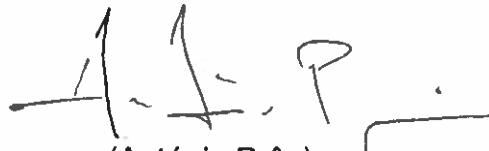


Comissão de Defesa Nacional

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 15 horas e 40 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 29 de novembro de 2022.

O Vice-Presidente da Comissão,



(António Prôa)



Comissão de Defesa Nacional

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão (PS)
Dora Brandão (PS)
Ivan Gonçalves (PS)
Manuel Dos Santos Afonso (PS)
Marcos Perestrello (PS)
Maria Da Luz Rosinha (PS)
Miguel Dos Santos Rodrigues (PS)
Ricardo Lino (PS)
António Prôa (PSD)
Carlos Eduardo Reis (PSD)
Cristiana Ferreira (PSD)
Joaquim Pinto Moreira (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Rui Vilar (PSD)
Pedro Pessanha (CH)
Patrícia Gilvaz (IL)
João Dias (PCP) -
Joana Mortágua (BE)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

--

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Francisco César (PS)
Hugo Oliveira (PS)
Joana Sá Pereira (PS)
Sérgio Ávila (PS)
Adão Silva (PSD)
Olga Silvestre (PSD)